



<https://doi.org/10.5335/c7rhpz67>

“Sem Getúlio Vargas não haveria ...”: memória de Vargas e usos políticos do Estado Novo entre os trabalhistas fluminenses nos primeiros anos da experiência democrática

“Sin Getúlio Vargas no habría ...”: la memoria de Vargas y los usos políticos del Estado Novo entre los trabalhistas fluminenses durante los primeros años de la experiencia democrática

“Without Getúlio Vargas there would be no...”: Vargas’s memory and the political uses of the Estado Novo among the fluminense Labour Party during the early years of the democratic experience

FELIPE DA SILVA BARBOSA¹  

Resumo:

Encerrado em 1945, o Estado Novo forneceu importantes elementos para as reflexões sobre o Brasil republicano e seus traços autoritários. No cerne dessas interpretações é possível identificar uma ênfase na política trabalhista desenvolvida pelo regime e na sua relação com os trabalhadores urbanos. Formulado durante a ditadura, esse projeto obteve relativo sucesso firmando-se como partido político em 1945, com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nos primeiros anos da democracia os políticos do PTB viram-se comprometidos com a defesa do Estado Novo, de suas práticas e de seu legado. Considerando isso, o presente artigo analisa as formas pelas quais deputados trabalhistas do estado do Rio de Janeiro formularam interpretações sobre o período autoritário. Envolvidos em disputas com partidos e políticos antigetulistas, os deputados do PTB foram compelidos a defender Getúlio e a ditadura, produzindo perspectivas peculiares sobre a democracia, os direitos sociais, o desenvolvimento econômico e a participação popular no país.

Palavras-chave: Estado Novo. Experiência democrática (1945-1964). Trabalhismo.

Resumen:

Concluido en 1945, el Estado Novo proporcionó elementos importantes para las reflexiones sobre la República brasileña y sus rasgos autoritarios. En el centro de esas interpretaciones es posible identificar un énfasis en la política laboral desarrollada por el régimen y en su relación con los trabajadores urbanos. Formulado durante la dictadura, este proyecto obtuvo un éxito relativo y se consolidó como partido político en 1945, con la creación del Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). En los primeros años de la democracia, los políticos del PTB se vieron comprometidos con la defensa del Estado Novo, de sus prácticas y de su legado. Considerando esto, el presente artículo analiza las formas en que los diputados trabalhistas del estado de Rio de Janeiro formularon interpretaciones sobre el período autoritario. Involucrados en disputas con partidos y políticos antigetulistas, los diputados del PTB se vieron compelidos a defender a Getúlio y a la dictadura, produciendo perspectivas peculiares sobre la democracia, los derechos sociales, el desarrollo económico y la participación popular en el país.

Palabras clave: Estado Novo. Experiencia democrática (1945-1964). Laborismo.

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre (2023) em História Social e graduado (2021) em Abi - História pela mesma instituição.

Abstract:

Concluded in 1945, the Estado Novo provided important elements for reflections on republican Brazil and its authoritarian traits. At the core of these interpretations, it is possible to identify an emphasis on the labor-oriented policies developed by the regime and on its relationship with urban working class. Formulated during the dictatorship, this project achieved relative success and consolidated itself as a political force in 1945 with the creation of the Brazilian Labor Party (PTB). In the early years of democracy, PTB politicians found themselves committed to defending the Estado Novo, its practices, and its legacy. Considering this, the present article analyzes the ways in which laborist deputies from the state of Rio de Janeiro formulated interpretations of the authoritarian period. Engaged in disputes with anti-Vargas parties and politicians, PTB deputies were compelled to defend Getúlio and the dictatorship, thereby producing peculiar perspectives on democracy, social rights, economic development, and popular participation.

Keywords: Estado Novo. Laborism. Democratic experience (1945-1964).

Considerações iniciais

Em julho de 2021, em meio a organização de diversas manifestações contra o governo do Presidente Jair Bolsonaro no contexto da pandemia do coronavírus, o jornalista Fábio Zanini, colunista da Folha de S. Paulo, abordou a memória de Getúlio Vargas e de seu governo entre diferentes grupos. Naquela ocasião, partidos políticos e outras organizações contrárias à administração Bolsonaro ocuparam as ruas da capital paulista em crítica às políticas promovidas pelo governo federal. Reivindicando em Vargas um ícone da luta por soberania nacional um grupo em especial denunciava as políticas liberais de Bolsonaro. Nesta conjuntura, o jornalista descreveu Getúlio como

Uma figura complexa, certamente a mais polarizadora da história brasileira, e suscetível a despertar sentimentos de ódio e idolatria, [...]. Getúlio Vargas é igual colesterol, tem o bom e o ruim: o que criou nossa legislação trabalhista e o que foi um ditador brutal. Por isso, ele é uma figura conveniente para ser modelo ou espantalho no debate público, e um convite à contradição. A esquerda, que denuncia o regime militar dos anos 1970, muitas vezes minimiza a violência do Estado Novo varguista. Já a direita critica Getúlio por diversas razões. Uma delas é de fundo mais histórico [...]. Além disso, conservadores consideram a herança do Estado varguista um atraso para o desenvolvimento do país. Desmontar a CLT é uma de suas prioridades.¹

A elaboração e veiculação deste tipo de discussão na segunda década do século XXI, mais de cinquenta anos após a morte de Vargas, é indício dos usos públicos da história realizados no presente. Soma-se a isso a mobilização de personagens históricos que originam e fundamentam determinados projetos políticos em voga no país, seja à direita ou à esquerda. Com este horizonte, evidencia-se a possibilidade de análise dos discursos sobre a história e a memória construída acerca de determinados períodos e seus usos no presente, compreendendo suas formações ideológicas e a configuração de práticas políticas ao longo do tempo.

Sobre o primeiro ponto, é possível destacar a contribuição fornecida pelo historiador Jurandir Malerba. Em artigo de 2014 seus comentários sobre a história pública e a participação de historiadores neste campo fornecem elementos ainda atuais. Reconhecendo por evidente que a história e a criação de narrativas sobre o passado não pertencem exclusivamente ao historiador profissional, tem-se que estes profissionais se encontram em uma encruzilhada perante as demandas sociais e a circulação de histórias e saberes sobre o passado (Malerba, 2014).

Neste ambiente, figuras importantes da história nacional, como os Imperadores e os Presidentes, ganham atenção especial e se configuram como personagens preferidos para este tipo de exploração política. É o que atestam os historiadores que trabalham com a noção de *usos políticos do passado* quando realizam a análise da apropriação do passado na construção da história nacional, institucional e de determinados grupos sociais.ⁱⁱ Conforme atestam François Hartog e Jacques Revel:

Todo discurso histórico é suscetível a usos políticos, quer isso seja feito por seu autor, seus destinatários ou mesmo que deva ser atribuído à relação particular que os últimos mantêm com os primeiros. [...] É evidente que estas várias modulações se entrelaçam, ficam emaranhadas em discursos históricos que são infinitamente mais complexos e mais sutis do que este lembrete elementar sugere (Hartog; Revel, 2001, p. 14, tradução nossa).ⁱⁱⁱ

Considerando este cenário os historiadores têm em mãos elementos suficientes para uma análise da apropriação da história pelos diferentes grupos sobre o passado e a figura de Getúlio, como indicou Fábio Zanini.

Destacam-se, nesse campo, trabalhos realizados a partir da problemática das memórias e representações construídas sobre Getúlio Vargas. Marieta Ferreira, em artigo de 2006, avaliou a repercussão do suicídio em intervalos de dez anos, desde 1964, investigando a circulação de narrativas sobre Vargas e sua era em jornais e nos meios políticos. Para a autora, a recorrência frequente à figura do Presidente denota a centralidade das memórias, sempre associadas aos contextos de elaboração. Assim, em 1964 observou-se Vargas sobre a ótica dos trabalhistas derrotados. Em 1974 Vargas representava perfeitamente a figura de ditador. Em 1984 o apelo a Vargas recai sob os direitos trabalhistas e as garantias sociais. Já em 1994 Vargas e seu modelo de desenvolvimento eram aqueles que precisavam ser combatidos no contexto de ascensão do neoliberalismo. Por fim, em 2004, houve a tentativa de enxergar no governo Vargas a elaboração de um projeto nacional desenvolvimentista (Ferreira, 2006).

Também preocupada com a circulação de narrativas sobre Getúlio Vargas, Mônica Kornis apresenta uma discussão sobre representações cinematográficas e televisivas que tomaram o período de seu governo como foco. A autora, especialista nas relações entre história e produções artísticas, aponta para o modo como a construção de roteiro, cenário e edição contribuem para a apresentação de um determinado perfil do Presidente (Kornis, 2016).

Nesse contexto é possível observar como diferentes narrativas constroem um universo de compreensões sobre o passado. Em relação a Getúlio e ao Estado Novo este aspecto é ainda mais evidente, como se demonstrou, nas apropriações políticas e representações culturais do período. No âmbito das intenções deste artigo interessa, a partir deste diagnóstico, investigar os modos como no período imediatamente posterior à ditadura articularam-se discursos divergentes sobre o Estado Novo.

Os deputados fluminenses, valendo-se do passado, construíram e reforçaram em suas falas posições políticas que marcariam todo o regime democrático encerrado em 1964. Nelas elaboraram exaltações e críticas à Vargas, com ênfase especial nas transformações sociais e nas condições de vida da população.

Observando este universo a partir dos embates parlamentares, das notícias nos jornais e dos documentos produzidos por lideranças políticas, o artigo se propõe a identificar as operações relacionadas à memória do Estado Novo realizadas por deputados do PTB fluminense.^{iv} Central para a produção de discursos coerentes sobre seu programa político e para a defesa de seu principal líder, a reivindicação do período ditatorial por parte dos trabalhistas do Rio de Janeiro nos primeiros anos da experiência democrática evidencia algumas das especificidades do quadro partidário no início daquele regime. Antes de avançar neste tema convém, contudo, apresentar detalhes sobre o ambiente político e social no qual atuaram os sujeitos em questão.

Estado Novo em revisão

O Estado Novo - e Era Vargas de modo geral - foi tema central da pesquisa de diversos historiadores. Momento de intensificação das transformações do país, como a industrialização e urbanização, este período recebeu atenção sob perspectivas variadas. Ainda nas décadas posteriores ao seu fim, analistas - com predomínio de cientistas políticos - estabeleceram as bases de uma interpretação sobre os governos pós-1930 que enfatizavam a configuração de um

novo padrão de organização política, distinto daquele que caracterizou a experiência da Primeira República.

Na década de 1960, intérpretes como Francisco Weffort e Octavio Ianni, consolidaram a leitura que avaliava a ascensão de Vargas como consequência de uma crise de hegemonia dos setores ligados à agricultura (Weffort, 2003; Ianni, 1978). Em meio a esta crise, Vargas buscava consolidar-se estabelecendo compromissos com setores sociais diversos, incapazes de exercer hegemonia política. Fica explicada assim as oscilações do presidente em busca do suporte político que, ao fim, culminariam em seu apelo aos “trabalhadores do Brasil”. Este apelo por sua vez, para Weffort, contava com altos níveis de manipulação dos trabalhadores, por meio da oferta da legislação trabalhista.

Em revisão destes postulados, Angela de Castro Gomes defendeu, em sua obra *A invenção do trabalhismo* (2005), a noção de um “pacto trabalhista” que envolvia uma relação complexa de reconhecimento e representação de temas comuns entre o Presidente, seu Ministério do Trabalho e os trabalhadores brasileiros. Para a autora, no período do Estado Novo, a “adesão dos trabalhadores, e não meramente sua submissão ou manipulação, sancionou um pacto pelo qual Estado e classe trabalhadores se reconheciam como termos interessados na consecução de um novo sistema de ordem não mais autoritário” (Gomes, 2005, p. 301).

No interior deste pacto a autora identifica duas dimensões que operam em conjunto e o fundamentam: uma material e outra simbólica. Na primeira delas podem ser localizadas as iniciativas adotadas no âmbito do Ministério do Trabalho que garantiam aos trabalhadores novos benefícios e direitos sociais.^v Na segunda dimensão, que “funcionava como instrumento integrador de todo o pacto”, está localizada a comunicação direta com os trabalhadores ao nível da produção de discursos e realização de eventos públicos (Gomes, 2005, p. 180).

Este modelo de interpretação acerta ao identificar momentos e percursos incertos nos anos pós-1930 atestando que a trajetória da relação entre Estado, sindicatos e trabalhadores foi intensa e envolveu interesses diversos. O fechamento ocorrido em 1937, com o golpe do Estado Novo, impôs repressão e neutralização de múltiplas forças sindicais, políticas e sociais que se fortaleciam no período anterior e competiam com a pretensão de domínio ministerial. Em decorrência deste fechamento abriu-se espaço para emissão do projeto articulado pelo governo.

Nesse contexto, tem-se ao fim que a ditadura consolidou seu perfil corporativista, já indicado nas legislações anteriores. Neste modelo o Estado possuía papel central como regulador e limitador dos conflitos sociais, mediando os interesses divergentes em nome da

harmonia social, envolta na valorização e desenvolvimento do país.^{vi} Nos primeiros anos da década de 1940, em especial a partir de 1942, com Alexandre Marcondes Filho na chefia do Ministério do Trabalho, é que se conformaria propriamente a proposta trabalhista veiculada através de múltiplos meios, como, por exemplo, os discursos do Presidente da República direcionados aos “trabalhadores do Brasil” (Gomes, 2005, p. 211-236).^{vii}

Jorge Ferreira, em movimento semelhante, se aproxima da questão trabalhista investigando as perspectivas dos trabalhadores que participaram daquele contexto. Sua análise possui o mérito de tensionar a interpretação sobre a política do Estado Novo, movendo-a para a interação e, em certa medida, recriação elaborada pelos trabalhadores. Em suas palavras, explicando a adesão e apoio de trabalhadores à Getúlio, tem-se que

Quando os trabalhadores explicavam sua realidade social, apresentavam uma forma peculiar e própria de captar o discurso autoritário, decodificá-lo e reinterpretá-lo a seu modo. Se os trabalhadores assumiram o discurso estadonovista [...] não se tratava de simples reprodução. Longe de repetirem mimética e mecanicamente o discurso dominante, repensavam-no, reformulavam-no e filtravam-no, fazendo com que fosse contado e vivido de acordo com os seus parâmetros culturais de mundo, como também de acordo com as suas condições imediatas de vida (Ferreira, 1990, p. 193).

Ainda na década de 1990, a produção de um grupo de historiadores influenciados pelas contribuições de Edward Thompson ampliou as investigações nessa temática. Seus estudos elucidaram as dinâmicas de agência de trabalhadores e de suas organizações, enfatizando a existência de tensões entre o governo e os sindicatos durante o período. Suas análises permitem, ao fim, reconhecer limites da aplicação do projeto trabalhista do Estado Novo.

No interior da historiografia especializada e no bojo de suas discussões destacam-se ainda trabalhos que ressaltam a centralidade da violência e da opressão no sucesso da implementação das políticas sociais da ditadura e da popularidade de Getúlio. Adalberto Paranhos, por exemplo, argumenta que o trabalhismo foi uma “fala roubada” dos trabalhadores. Em síntese ele afirma que o trabalhismo “se apropriara dos discursos dos trabalhadores, e essa fala roubada, reformulada, retornava a eles como mito, tendo como componente básico a ‘doação da legislação social’” (Paranhos, 2007, p. 29-36). O historiador Alexandre Fortes também comenta o tema e estabelece críticas às interpretações que enxergam um pacto na relação entre Estado e trabalhadores. Em suas palavras,

O reconhecimento dessas transformações como avanços reais na incorporação dos trabalhadores à cidadania e na conquista de direitos sociais não deve nos levar a

minimizar a crítica à via autoritária como foi construída a base institucional sobre a qual a experiência populista veio a se desenvolver. [...] Talvez fosse o caso de relembrar que, ao lado dos legados duradouros no campo da legislação sindical e trabalhista, o Estado Novo deixou também como herança o pau-de-arara nas delegacias, expressão da violência institucionalizada que (...) nunca deixou de fazer parte do cotidiano da classe trabalhadora brasileira (Fortes, 2011, p. 81-83)

Ainda que sucinta, a revisão realizada até aqui objetivou demonstrar como o Estado Novo foi tematizado em análises ao longo de mais de 50 anos. A historiografia, junto às demais ciências humanas, debruçaram-se sobre este tema apresentando uma gama variada de interpretações. A exposição destas perspectivas ajuda a reconhecer os principais aspectos da ditadura do Estado Novo – e da Era Vargas em geral – na medida em que apontam temas comuns de preocupação, como a representação dos trabalhadores, a modernização das relações políticas no país e o surgimento da legislação social. No limite deste artigo, essas contribuições fornecem elementos essenciais para a compreensão do contexto final da ditadura no qual se abre caminho para a organização de novos partidos políticos e de uma experiência democrática.

A construção da democracia e o surgimento do PTB

O regime político inaugurado pela Constituição de 1946 é fruto de um longo processo que tem suas origens ainda no início da década de 1940 e conta com diversos eventos e personagens em seu andamento, sendo a deposição de Getúlio um dos momentos-chave de sua evolução. Nesse sentido, a reflexão sobre as origens do regime auxilia a entender não apenas o contexto final do Estado Novo, mas também a transformação da política brasileira experimentada entre os anos de 1945 e 1964. A primeira experiência democrática, com a expansão significativa do direito ao voto e o surgimento de partidos nacionais, foi diretamente afetada pelo desenrolar desses eventos.

Essa percepção do processo não constitui uma novidade e está presente em boa parte das análises realizadas acerca do período democrático. Pode-se dizer, em alguma medida, que o sistema político-partidário e as clivagens eleitorais que marcam a política brasileira a partir desse episódio tiveram a sua origem na personalidade de Getúlio Vargas e nas ações de seu governo. Com esta visão Lucia Hippolito (2004), por exemplo, argumenta que os partidos políticos foram todos “criaturas de Getúlio Vargas”.

Tem-se, portanto, que a avaliação desse contexto revela a tentativa de condução da abertura por parte das elites da ditadura. Dessa forma, apesar da deposição de Getúlio em

outubro de 1945, é possível afirmar que as definições elaboradas no interior dos ministérios marcaram a transição para a democracia e sua consolidação posterior. Conforme demonstra a análise do planejamento do Estado Novo, o encaminhamento a seguir deveria ser capaz de promover uma abertura com a garantia da superação das antigas elites políticas do país.

Em 1939 a eclosão da Segunda Guerra Mundial acentuou tensões já existentes no interior do governo, aprofundando divergências entre os diferentes grupos acerca dos rumos do regime e de sua inserção no cenário de conflito internacional. A aproximação do Brasil com as potências aliadas foi motivada por uma estratégia pragmática, na qual interesses econômicos, estabeleceram o rumo de uma aliança com os Estados Unidos imbuída de um sentido de luta contra os regimes autoritários na Europa. Soma-se a isso, o fato de a declaração do estado de guerra ter suspenso a convocação de plebiscito previsto anteriormente, redefinindo os ritmos do processo político interno. Esses eventos impactaram diretamente no andamento dos processos inicialmente previstos pelo governo e potencializou as críticas das oposições a partir do final de 1943.

Os sinais de esgotamento do Estado Novo se avolumavam e o ano de 1945 foi marcado pela definição dos termos para a realização das eleições, a criação de partidos e as campanhas eleitorais. A Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945, estabeleceu um prazo para a definição da legislação eleitoral, que ficou sob o encargo de Agamenon Magalhães. Em levantamento da correspondência trocada entre Amaral Peixoto e Magalhães, Douglas Angeli e Rafael Costa atestam que a preocupação com a questão eleitoral já estava presente nas discussões do grupo durante 1944. Para os autores, o código eleitoral era “a grande preocupação naquele momento. Era preciso construir uma lei que estivesse de acordo com as transformações políticas que ocorriam após 1945, sem que houvesse o enfraquecimento das bases construídas” (Angeli; Costa, 2022, p. 341).

Das palavras de Agamenon à Amaral dois pontos se destacam. Em primeiro lugar a menção a uma mudança de ordem global que se impunha ao mundo com o encaminhamento da Guerra. Na carta ele argumenta que se o modelo democrático está sendo imposto, deve-se “aceitá-lo com todas as suas consequências”, dirigindo-o conforme os interesses do grupo. O segundo aspecto de destaque é a menção direta ao peso dos trabalhadores na ordem a ser estabelecida. Aproveitando-se da popularidade de Getúlio entre os trabalhadores, a legislação deveria considerar o direito de voto garantido aos operários, um “trunfo que os adversários não nos arrancarão”.

Em maio foi publicado o decreto, conhecido como Lei Agamenon, que definia as bases para as eleições como o sistema de alistamento, as normas para criação dos partidos, o funcionamento da Justiça Eleitoral e as obrigações eleitorais. Nesse contexto eram reconhecidos como eleitores todos os brasileiros maiores de 18 anos com exceções, dentre as quais destaca-se a exclusão dos analfabetos. Para os partidos foi definido que deveriam ser organizados nacionalmente, com presença em ao menos cinco estados da federação.

Os impactos da Lei Agamenon na organização da competição eleitoral pós-1945 é mais um indício da influência do Estado Novo herdada pela democracia inaugurada a partir de então. Suas determinações indicaram uma mudança expressiva para a formação de eleitores e partidos políticos, que culminaram em um número cada vez maior de cidadãos aptos a votar. Conforme indicam os dados do TSE, logo nas eleições de 1945, eram 7.459.489 eleitores inscritos, com um comparecimento superior aos 6 milhões de eleitores. Esse cenário possibilitou, de acordo com Fernando Limongi (2015), o fim das eleições controladas pelo governo com a emergência de pleitos competitivos.

Do ponto de vista partidário, a abertura legou ao país o surgimento dos principais partidos que marcaram o regime democrático até 1964. A União Democrática Nacional (UDN) aglutinou, logo no início, diferentes grupos opositores a Getúlio. O Partido Social Democrático (PSD) e o PTB, por sua vez, possuíam em comum uma ligação e afinidade com Vargas, estando, no primeiro, elementos ligados às interventorias e, no segundo, aqueles vinculados à estrutura sindical do Ministério do Trabalho. No estado do Rio essas características se repetiram, ainda que com dinâmicas próprias – o que permitiu a união entre os três partidos para a eleição de Edmundo Macedo Soares para o governo estadual.

Ainda que não estejam disponíveis informações detalhadas sobre o PTB fluminense em seu contexto fundacional, é possível aferir que o partido conservou no estado do Rio de Janeiro características semelhantes que o marcaram de modo geral. Em um documento contido no arquivo de correspondências de Getúlio e datado de 1945, encontram-se referências à estrutura organizativa do PTB em diferentes estados, com menção à composição dos diretórios regionais. Nesse caso, identificam-se 6 sujeitos responsáveis pela organização no estado: Leandro Mota, descrito como presidente, Gilberto Chrockatt de Sá, Santa Cruz Lima, Carlos Cavaco, Décio Ribeiro da Costa e Alcides Tenório Leite.^{viii} O levantamento sobre os membros do partido na imprensa revela uma ligação estreita entre eles e o Ministério do Trabalho que remonta ainda a década de 1930.

Nas primeiras eleições realizadas o PTB apresentou-se vinculando sua existência à defesa de Getúlio, o que gerou implicações eleitorais. Em 1945, tendo como principal candidato o próprio Vargas, o partido elegeu apenas 1 deputado. O ex-ditador recebeu mais de 20 mil votos, 6,6% do total no Estado, sendo o segundo candidato mais votado no pleito. Contudo, sem assumir o mandato, a vaga na Câmara Federal foi garantida a Abelardo Matta, ajudante de ordens de Getúlio durante o Estado Novo, que viria a se consolidar como principal liderança do partido nos primeiros anos. Considerando esse cenário, a composição da bancada fluminense na Câmara revela a posição frágil do PTB no estado, mesmo contando com Vargas como candidato. No pleito, o PSD elegeu 10 deputados, enquanto a UDN obteve quatro e o PCB, dois.

Nas eleições para a Assembleia Legislativa em 1947 as condições se alteraram e, contando agora com uma base de organização mais sólida, os trabalhistas garantiram um bom desempenho na votação. Com mais de 50 candidatos a Deputado Estadual, o PTB conseguiu eleger a terceira maior bancada da Assembleia, com oito deputados. Nesse mesmo pleito, o majoritário PSD elegeu vinte e quatro deputados, enquanto a UDN, quinze, e o PCB, seis. Assim como ocorrido nacionalmente, os discursos e bandeiras levantadas durante as campanhas e a atuação parlamentar do PTB fluminense buscaram enfatizar sua vinculação ao mesmo tempo com o operariado brasileiro e com a figura de Getúlio Vargas.

Nesse sentido, o partido que assumia no getulismo sua principal característica, apelava a construção de uma linha programática a partir das ações de seu líder e orientador. Sobre esse aspecto, Araújo (1996, p. 26) sintetiza a condição do PTB, defendendo que o partido foi, de fato,

Uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo, mas só se viabilizou porque houve uma massa disponível para aderir à proposta. Os objetivos do PTB eram [...] promover a imagem de Vargas, fazer a defesa da legislação social criada durante o Estado Novo e garantir a continuidade de uma política governamental que preservasse os direitos sociais já conquistados.

Com isso, tem-se que, tendo surgido a partir da burocracia estatal do Estado Novo, o PTB conservou durante seus anos de atuação a característica eminentemente getulista que o definia internamente, bem como entre seus adversários e os eleitores. Esse aspecto do partido manifestava-se não apenas em suas campanhas eleitorais e discussões internas, mas ocupava lugar central da atuação parlamentar de seus deputados, como será visto na sequência.

Visões do Estado Novo: memória, identidade trabalhista e usos do passado entre os petebistas fluminenses

Nesse cenário, é evidente que a imagem e popularidade de Getúlio foram essenciais para os primeiros sucessos eleitorais do partido no estado do Rio e em todo o Brasil. Contudo, é notável que o recurso eleitoral não é o único impacto exercido por Vargas na estruturação partidária. Como aponta Jorge Ferreira (2005), para além da mera popularidade, Getúlio exerceu o papel de símbolo que sintetizava valores específicos. Para o PTB, Getúlio era o símbolo de seu programa político, o que demonstra a relação intrínseca entre o getulismo e o trabalhismo, que coexistiram naquele contexto promovendo uma amálgama constitutiva da identidade petebista.

Nota-se que esta condição se relaciona diretamente a produção do discurso estadonovista, sendo reproduzida com frequência nos primeiros anos da Experiência Democrática. Conforme comentam Gomes e Araújo (1987, p. 4) sobre o surgimento do PTB ao fim da ditadura,

A pregação estadonovista fundará, como sua ideologia o trabalhismo e criará um movimento de opinião pública favorável, até mítico, à figura de Getúlio Vargas: o getulismo. Trabalhismo e getulismo são termos que se complementam durante a ditadura, à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas à imagem do chefe político.

Assim, é possível compreender a maneira pela qual os trabalhistas tornavam as menções e referências a Vargas parte central de sua atuação política. Para os trabalhistas fluminenses, cabia a Getúlio, líder e símbolo máximo do PTB, fornecer as orientações do partido, estabelecendo ainda os seus postulados. Diferentes pronunciamentos evidenciam essa postura como, por exemplo, o realizado por Hipólito Porto em uma sessão de maio de 1948. Nele admite-se a condição de subordinação, e fundamenta-se uma dupla função: chefe e guia. Se referindo ao presidente de honra para comentar o ordenamento do partido, ele diz

[nós, petebistas] somos homens de partido; se o chefe manda, o soldado cumpre. Assim temos agido na política nacional. Temos um guia, um chefe. [...] se o chefe do nosso partido, o Sr. Getúlio Vargas, disser que devemos colaborar [...] nossa obrigação será a de formar na retaguarda.^{ix}

Nesse mesmo discurso, o deputado havia ainda indicado que a sua filiação ao programa do partido se dava pois eles traduziam “a continuação da obra administrativa” de Getúlio Vargas.^x Esta dupla dimensão exercida por Vargas se expressa também em um outro documento. Em correspondência destinada à Getúlio, o líder do PTB no estado Abelardo Matta narra a condição do partido, esclarecendo sua posição:

Tenho viajado semanalmente pelo interior do Estado e tenho visto o P.T.B crescer. [...] Nosso movimento continua e continuará sempre com o senhor como bandeira. Bandeira esta que está desfraldada a todos os ventos do Estado do Rio.^{xi}

Nesse sentido, a grande recorrência de menções a Getúlio como chefe e bandeira política atesta uma complexa operação realizada pelos trabalhistas nos anos imediatos após o Estado Novo, o que evidencia a importância de refletir sobre a relação estabelecida entre líder e o partido. Essas interpretações, emitidas por diferentes figuras subordinadas à estrutura petebista, revelam a complexidade dos movimentos que ligaram Getúlio à luta operária no Brasil. A transformação de sua figura peculiar – de origem oligárquica e ditador do país – em bandeira maior do partido trabalhista constituiu uma significativa operação de memória por parte dos membros do PTB.

Este aspecto remete ao que Michael Pollak classificou como “enquadramento da memória”. Para o autor, a memória é “um elemento constituinte do sentimento de identidade, [...], na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência [...] de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p. 204). Sendo assim, é possível entender a importância das referências ao passado na afirmação de identidades políticas, comuns entre grupos como os partidos políticos. Pollak complementa esta visão, afirmando que a

Referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivos, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, [...], eis as duas funções essenciais da memória comum (Pollak, 1989, p. 9).

Desse modo, entende-se a centralidade das referências à experiência do Estado Novo nas falas trabalhistas. Sendo o referencial principal para as distinções dos diferentes partidos em formação, Getúlio gravitou também dos discursos das agremiações nos anos seguintes. Nos embates parlamentares, seu nome foi evocado em diversas ocasiões, com uma simples

referência ao seu nome bastando para que longos discursos se dessem, seja em sua defesa ou contra seu legado. Pode-se dizer, assim, que as memórias sobre o Estado Novo estavam em disputa, constituindo um recurso importante para a construção de argumentos realizada no plenário da Assembleia Legislativa fluminense.

Um exemplo da centralidade de Vargas é a obra publicada pelo Deputado Estadual Roberto Silveira em 1948 e intitulada *Razões do apoio a Vargas*.^{xii} No livreto, que conta com pronunciamentos de Roberto em diferentes ocasiões e possui cerca de sessenta páginas, são apresentados seis capítulos com registros das falas do parlamentar, tendo os seguintes títulos: Vargas e o Socialismo Democrático, o P.T.B. e o 29 de outubro, A Cassação dos Mandatos, Petróleo: Uma Batalha Popular, e Trabalhismo e Comunismo, além de um capítulo com o mesmo nome do livro. Ao longo da obra observa-se a genuína preocupação do autor em resgatar a imagem de Vargas, associando-a a um projeto de caráter reformista, interessado na superação das desigualdades sociais e na resolução dos problemas do país.

Esta perspectiva, coadunada por outros políticos do PTB se destaca na medida em que coloca o problema da memória sobre o Estado Novo e demonstra como se davam as elaborações da representação do líder petebista, estabelecendo verdadeiras batalhas. Esta dimensão da atuação parlamentar trabalhista se relaciona a um problema tradicional dos estudos sobre memória e as disputas em seu entorno. Nesse sentido, a análise realizada por Alessandro Portelli acerca das memórias ligadas a Segunda Guerra Mundial pode auxiliar na interpretação dos discursos. Elaborando a noção de memórias divididas a partir da transformação de acontecimentos em mitos políticos, o autor argumenta que

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem (Portelli, 2006, p. 111).

Considerando isto, não convém questionar a credibilidade e os motivos das narrativas que afirmavam, por exemplo, uma relação entre Vargas e a ideia de socialismo democrático^{xiii}, mas sim reconhecer as manobras discursivas que possibilitaram este enquadramento específico de Getúlio e de seu governo.^{xiv} Esta escolha justifica-se na compreensão de que, o enquadramento da memória alimenta-se da História sem, contudo, abdicar dos interesses e conveniências de quem o promove. Conforme afirma Pollak,

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode [...] ser interpretado e combina a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (Pollak, 1989, p. 9-10).

O PTB, forjado em 1945 com as bases do trabalhismo desenvolvido no Estado Novo e tendo como finalidade a promoção de Getúlio e a defesa da legislação trabalhista, não se privou de operar memórias sobre a ditadura. Sobre esse aspecto, vale lembrar que Araújo definiu o partido como um caso de “rotinização tradicional do carisma”, tendo sido atravessado desde sua fundação pela “personalidade e pelas ideias de Vargas”. Segundo Araújo (1996 p. 19-20), em 1945 “carisma e corporativismo uniram-se [...] para cimentar uma coalizão entre quadros da burocracia federal e dirigentes sindicais, que confluíram para a organização partidária como forma de perpetuar a liderança de Vargas e mobilizar sua base para embates eleitorais”.

Os discursos dos parlamentares, no contexto em que foram proferidos, demonstram os significados do getulismo entre os petebistas do Rio e seu impacto na construção de sua identidade partidária. Um exemplo desta atitude pode ser encontrado no episódio em que os deputados discursavam sobre o lançamento de uma candidatura própria para a disputa ao cargo de Vice-Governador do estado. Nessa ocasião, foi à figura de Getúlio Vargas que boa parte dos trabalhistas recorreu. Roberto Silveira afirmou a união do partido com base na orientação superior “no terreno ideológico, traçada pelo Senador Getúlio Vargas”.^{xv}

A defesa irrestrita de Getúlio reivindicada pelos trabalhistas acabava por colocá-los em frequentes conflitos. Na maior parte desses embates, os trabalhistas se dedicavam a resgatar o Estado Novo com saudosismo, amenizando seu autoritarismo e valorizando suas realizações. Em um episódio exemplar, o Deputado Hipólito Porto narrava uma visita realizada à Volta Redonda, sofrendo com apartes de deputados antigetulistas. Sua resposta relativizava qualquer possível negatividade do Estado Novo e concluía em tom forte: “Bendita ditadura”.

Basta-me a oportunidade de ter visitado Volta Redonda para responder aos nobres adversários. Seria suficiente a grandeza de Volta Redonda para redimir o regime passado que muitos chamam de ditadura. E, repetindo a frase de Getúlio Vargas, direi: “Bendita ditadura que conseguiu fazer Volta Redonda!”.^{xvi}

Na Câmara dos Deputados, o líder do partido no estado também se envolveu em discussões semelhantes, contrariando os deputados que atacavam Getúlio e seu governo. Seus

discursos se destacam por demonstrar um certo incômodo com o tema, propondo a sua superação. Durante fala de um deputado udenista sobre a fome no país e a responsabilidade do Estado Novo, Abelardo apartou o parlamentar dizendo que o mesmo tinha uma visão enviesada, considerando que o orador era “visceralmente contra a ditadura”. Respondendo a Agostinho Monteiro (UDN-PA) e Deoclécio Duarte (PSD-RN), o deputado disse: “o mal está em vv. excias. quererem constantemente se referir ao passado; o passado está morto”.^{xvii}

Em outro episódio, Abelardo teria novamente realizado apartes em defesa do Estado Novo. Segunda narra o *Correio da Manhã*, após falas do deputado Tristão Cunha (PR-MG), o “sr. Abelardo Matta, ‘queremista’ do Estado do Rio de Janeiro” o interrompeu dizendo que seus discursos não eram importantes, já que se resumiam a: “‘Inflação. Ditadura. Estado Novo’. – ‘Estado Novo’, Ditadura. Inflação’”.^{xviii}

Dessa forma, nota-se que a defesa da figura de Getúlio se apoiava na difusão de uma leitura particular sobre o Estado Novo. Tratava-se de um esforço de revalorização daquele regime, atenuando a importância de seu caráter autoritário e justificando problemas então enfrentados. Esta defesa, contudo, não se origina no pós-1945, estando conectada diretamente ao que Gomes identificou como a noção de democracia social formulada pelos ideólogos da ditadura. Como destaca a historiadora, o projeto político do regime compreendia a questão democrática em termos distintos. Para eles,

A verdadeira democracia encontrava-se no caráter realista e humano do novo Estado, que fecundava a natureza e a cultura brasileiras com o esforço do trabalho, protegido e amparado pelo governo. Estabelecer um novo começo, estabelecer a democracia no Brasil, era avançar em direção ao trabalhador que materializava por suas potencialidades e necessidades a finalidade orientadora do Estado Nacional. A nova democracia não se recobria dos aspectos constitucionais liberal, pois se afirmava por outros objetivos [...] (Gomes, 2005, p. 198).

Além de minimizar a dimensão autoritária do regime e recuperar a ideia de uma democracia social, a mobilização do passado e da memória da ditadura também buscou reforçar a imagem de Getúlio como líder amplamente apoiado pelos trabalhadores. Um exemplo disso pode ser encontrado quando Roberto Silveira, em discurso na Assembleia, lembrou que, em sua região, “o nome do Sr. Getúlio Vargas é sempre lembrado em todos os casebres porque continua a ser admirado e querido”.^{xix} Em outra ocasião, o mesmo deputado qualificou Getúlio como “o amigo número um do trabalhador brasileiro”.^{xx} O Deputado Oscar Fonseca igualmente recorreu

a esse tipo de evocação, destacando que o povo, “hoje saudoso”, via Getúlio como o presidente que “durante bastante tempo, e em proveito único das massas, governou o Brasil”.^{xxi}

No começo de 1948 diversos pronunciamentos de deputados trabalhistas evidenciam a centralidade desse tema em suas atuações. Por ocasião do feriado do dia 1º de maio, alguns representantes do PTB procuraram reativar a memória do Estado Novo, estabelecendo paralelos entre aquele período e a conjuntura do governo Dutra, com destaque para o afastamento entre Presidente e os trabalhadores. Naquela ocasião Roberto afirmou que

A data magna dos trabalhadores em todo o Universo - o 1º de Maio - foi entre nós, no Brasil, comemorada, infelizmente, com os maiores aparatos militares, levando-se, assim, não a tranqüilidade, não o espírito de amor e de harmonia ao lar dos trabalhadores patricios, mas como que o toque de alerta, o aviso de inquietação e, até, a ameaça velada da fôrça contra as possíveis reivindicações proletárias. Noutros tempos, [...], o 1º de Maio era comemorado dentro da maior concordância e da maior fraternidade, e só mesmo a tendência reacionária do Govêrno Federal e a propaganda sôbre possíveis agitações provocadas por elementos extremistas - puderam fazer com que a data magna dos trabalhadores se resumisse, até certo ponto, numa demonstração de fôrça, numa exibição bélica.^{xxii}

Em linha semelhante, em resposta ao deputado udenista Tenório Cavalcanti, o trabalhista Hipólito Porto abordou o assunto, destacando que

o operariado de Volta Redonda é exemplo vivo de que as manifestações populares do dia 1º de Maio, comemoração universal do Dia do Trabalho, Dia do Trabalhador no Brasil, eram sempre benquistas quando o Sr. Getúlio Vargas falava ao meio-dia para todo o Brasil. Naquela data, todos os operários, espontânea e alegremente, rumavam ao encontro de S. Excia. Não acontecia o sempre propalado pelo representante de Duque de Caxias, nesta Assembléia, ou seja, de que os operários eram escravos e compareciam à festa popular como verdadeiros animais, sendo levados pela Polícia, pelos capangas que S. Excia. diz existiam naquela época. [...] O povo sentiu foi saudades daquele 1º de Maio antigo, quando vinha em liberdade para as ruas, a fim de ouvir a palavra do Chefe da Nação [...]. Naquela época, porém, parece que tudo era diferente, parece que a coisa se fazia de outra forma. Hoje, o povo, o operário dá valor àquele Govêrno.^{xxiii}

Outra data marcada por forte mobilização trabalhista em defesa de Getúlio e do Estado Novo foi o dia 29 de outubro. Nessas ocasiões, deputados, majoritariamente udenistas, propunham votos de apoio ao fim do Estado Novo e à deposição de Vargas. Em 1947, por exemplo, o deputado Alberto Torres discursou no plenário afirmando que, naquele mesmo dia, em 1945, “as gloriosas Fôrças Armadas do País agiram com alto sentimento patriótico e na certeza de que estavam concorrendo para que todo o Brasil se empenhasse [...] no mais empolgante espetáculo cívico de toda sua vida política”.^{xxiv}

As declarações provocaram a reação da bancada trabalhista, que procurou resguardar a memória da ditadura e destacar o perfil antigetulista e antipopular da agremiação udenista. Com comentário sobre a data, o deputado Arlindo Rodrigues afirmou que ela o fazia lembrar do “afastamento do poder daquele grande Presidente, que à frente dos destinos sacrossantos da nacionalidade, prestou relevantes serviços à Pátria, e que há de ser colocado bem alto no pedestal imperecível da História”.^{xxv}

O Deputado Ponce de Leon, por outro lado, procurou abordar o assunto recuperando o papel historicamente desempenhado pelas forças armadas nos diversos golpes da história republicana. Em sua avaliação, a intervenção militar adquiria legitimidade sempre que estivesse amparada pelo apoio popular. Como exemplos, mencionou a Revolução de 1930, a Revolta de 1932, o golpe de 1937 e o Levante Integralista de 1938. Segundo ele,

Em 1930, foi o povo brasileiro que, entusiasmando-se de norte a sul, unido ao exército do Brasil - ambos irmanados no mesmo desejo - levaram diante vitoriosamente, o movimento. E aí o povo prestou suas homenagens ao Exército. [...] Em 1937, Exército e povo, de novo unidos, se insurgiram para combater a trama que se tecia nas hostes dos políticos profissionais. E as forças armadas, ainda aí, mereceram a aprovação do povo. [...] Chegamos, enfim, ao célebre 1945, que hoje se quer homenagear nesta Casa.

Já então, o Exército não mais auscultava a opinião do povo. Em 45, tomou a iniciativa que tomou, para evitar que continuassem no país as intrigas que se tramavam nas esferas da política profissional. E hoje o povo reconhece que, naquele ano, o Exército foi ludibriado. [...] A bancada do Partido Trabalhista Brasileiro já se manifestou. Ela votará pelo substitutivo apresentado, prestando homenagem às forças armadas por seus gloriosos feitos, mas não pelo golpe de 29 de outubro, porque um movimento, para ser completo, tem de ser apoiado pelo povo, e aquele não teve apóio do povo.^{xxvi}

Na mesma data, também se pronunciaram os deputados Roberto Silveira e Oscar Fonseca. Ambos, como era frequente, dedicaram suas intervenções à exaltação de Getúlio Vargas e das realizações atribuídas ao Estado Novo. Oscar, por exemplo, destacou o legado do ex-presidente, afirmando que ele era “o construtor de Volta Redonda, o saneador da Baixada Fluminense, o defensor da economia da Amazônia”, um verdadeiro “estadista” que procurou inserir “o Brasil dentro do Brasil, sem intervenções de potências estrangeiras”. Em sua avaliação, por essas razões, Vargas merecia o respeito de todos os brasileiros “sem distinção de partidos políticos”. Concluiu sua fala afirmando que o povo aguardava o momento em que Getúlio voltaria a conduzir “patrioticamente os destinos do Brasil”.^{xxvii}

A intervenção de Roberto, por sua vez, distingue-se tanto pelos argumentos apresentados quanto pela forma como conduz o tema. Ele inicia qualificando a proposta

udenista como expressão do persistente antigetulismo do partido, afirmando que “êsse partido político teve sempre como norma de ação desde que se organizou, combater, sem trégua, a personalidade do Sr. Getúlio Vargas”. Em seguida, orienta seu discurso para a crítica ao que denomina “exploração política” da data. Segundo o deputado:

O que se objetiva, simples e exclusivamente, é mais uma exploração política para atirar o socialismo democrático de Getúlio Vargas nas antipatias do Exército, é lançar o trabalhismo contra as classes armadas, o que se tem em vista é conquistar a má vontade dos militares para os trabalhistas. Se o pensamento fosse o de homenagear o Exército, não recusaríamos nossos aplausos, nossa simpatia, nossa solidariedade ao requerimento. [...] Mas, Sr. Presidente, não se objetiva, em absoluto, prestar-se tal homenagem e sim, uma vez, dar-se combate às idéias trabalhistas e à política popular socialista-democrática do Senador Getúlio Vargas. [...] Não se trata, pois, de uma exaltação das forças armadas mas apenas e mais uma vez de combater a personalidade de Getúlio Vargas. Quando se combate o Senador gaúcho, acusando-o de implantar, em 10 de novembro de 1937, a “ditadura tenebrosa”, quero ler um livro do General Manoel Meira de Vasconcelos que apresenta Vargas ao lado de Caxias, como um dos maiores homens que o Exército já possuiu, [...]. E, ainda neste livro, o General Góis Monteiro afirma que o “Estado Novo não foi um movimento para destruir a liberdade, mas para combater a desordem e preservar a unidade política de nossa pátria [sic].^{xxviii}

O exame da atuação legislativa entre 1946 e 1950 revela que a disputa em torno da memória também se projetou sobre o campo político, influenciando em diversos momentos a prática parlamentar dos petebistas. A referência a Vargas, entretanto, apresentava um caráter particular: ela surgia constantemente articulada a outros temas considerados fundamentais por esses deputados, como o desenvolvimento econômico, as condições de vida dos trabalhadores, a legislação social e as críticas aos limites do liberalismo. Nesse sentido, as menções a Getúlio não se resumiam a simples elogios à sua figura, nem tinham como único objetivo enaltecê-lo politicamente. Pelo contrário, apareciam vinculadas a questões centrais para as quais Vargas era apresentado como seu principal e mais legítimo representante.

Considerando isso é possível identificar as razões de um trecho do discurso de Hipólito que exalta Vargas e as realizações do Estado Novo, atribuindo à Getúlio a causa do desenvolvimento nacional. Diz Hipólito: “Sem Getúlio [...] não haveria Volta Redonda”, acrescentando que

Sem Getúlio Vargas não haveria a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil; Sem Getúlio Vargas, [...], não haveria a criação do Ministério do Trabalho; sem Getúlio Vargas não existiria o Ministério da Aeronáutica, nem tampouco o da Educação; sem Getúlio Vargas, [...], não teríamos a Companhia Vale do Rio Doce; sem Getúlio Vargas, não teríamos tantas estradas de rodagem e de ferro cortando o Brasil; Sem Getúlio Vargas, não existiria essa força poderosa representada pela nossa

Marinha de Guerra; sem Getúlio Vargas, talvez, Sr. Presidente, não houvesse a gloriosa Força Expedicionária para lutar nos campos de batalha da Europa.^{xxix}

O discurso vigoroso em defesa de Vargas acabou sendo interrompido por parlamentares da UDN que manifestavam clara discordância em relação a interpretação apresentada. Amílcar Perlingeiro, por exemplo, argumentou que o Exército via em Getúlio o maior inimigo do país e, por isso, o havia deposto após 15 anos de “tantos males” causados ao Brasil. Tenório Cavalcanti, por sua vez, contestando o trabalhista afirmou que era necessário acentuar que “tal obra não é do Sr. Getúlio Vargas”, pertencendo ao “patrimônio da Nação brasileira”.

O debate acalorado contou ainda com falas do Deputado trabalhista reforçando suas posições. Ele disse:

Esperava encontrar em Volta Redonda grandes realizações, mas o que lá se me deparou foi além de minhas melhores expectativas. Nestas condições, se era um ardoroso defensor do meu Partido, essa visita mais reforçou minha fé nos postulados e no programa de minha agremiação política, mesmo porque traduzem eles a continuação da obra administrativa do Governo do Sr. Getúlio Vargas.

Tenório Cavalcanti foi ainda mais incisivo, enfatizando sua crítica à visão do trabalhista sobre o Estado Novo. Segundo o udenista, não se tratava de combater a obra, mas sim “o regime instituído no país”. Para ele não era recomendável ignorar “que a vitória régia sai dos pântanos, do meio do lodo”, assim, “É possível que tenham essas flores, tal como acontece com a vitória régia, surgido no lodaçal da ditadura”. Retomando o mote utilizado por Hipólito em sentido inverso, Tenório afirma que “Sem Getúlio Vargas não existiria êsse imenso rebanho de famintos entre nós, que aí está, envergonhando a Nação brasileira”.

Diante dessas intervenções, restou ao parlamentar trabalhista recorrer àquilo que considerava o alicerce do partido, afirmando que “o povo brasileiro, o operariado, responderá ao aparte do Sr. Tenório Cavalcanti”.^{xxx}

Considerações finais

Como pretendeu-se demonstrar ao longo do artigo, a temática da memória em torno do Estado Novo é complexa, repleta de disputas e segue atual. Sua recuperação nos debates públicos na última década fornece elementos importantes para a reflexão sobre os governos de Getúlio Vargas, seu legado e as disputas que o envolveram ao longo do tempo. Personagem

ímpar da história do Brasil republicano, sua reivindicação variou intensamente de acordo com os diferentes contextos como bem demonstrou Marieta Ferreira (2006).

Interessado em avaliar a construção da memória sobre o Estado Novo e Getúlio Vargas ainda no imediato pós-1945, o artigo buscou esclarecer a tônica dos embates travados naquele contexto, indicando como os trabalhistas fluminenses – e também seus opositores – se relacionaram com aquele passado. Tal movimento, além de interessar aos analistas da Era Vargas, pode servir de exemplo para a visualização dos usos políticos do passado em outras épocas e em ambientes como o parlamento.

Conferindo prestígio aos discursos e pronunciamentos parlamentares para a construção da interpretação^{xxxi}, foi possível observar como aqueles sujeitos articulavam o passado brasileiro, formulando uma interpretação para o presente e um projeto de futuro correspondente ao programa trabalhista. Nesse sentido, entende-se que no parlamento os deputados do PTB emitiam discursos que informavam sobre a trajetória do partido, suas questões internas, o modo segundo o qual se identificavam enquanto representantes dos trabalhadores e as formas pelas quais referenciavam àqueles que imaginavam representar.

Dessa maneira, observa-se que a disputa pela memória do Estado Novo, longe de se limitar as interpretações historiográficas, estruturou as práticas e discursos políticos, orientando posicionamentos e contribuindo amplamente para a consolidação das identidades partidárias que marcaram o país até, ao menos, 1964. Os embates analisados demonstram que o passado era constantemente revisitado a partir de suas demandas do presente, configurando interessantes enquadramentos de memória. A reconstrução dessas tensões permite não apenas avaliar o lugar de Vargas no embate político-eleitoral dos primeiros anos da democracia, mas também compreender como seu governo foi essencial para o desenvolvimento de discursos e práticas trabalhistas que, ainda na década de 1940, propunham críticas ao liberalismo e indicavam o prestígio ao desenvolvimento nacional e à legislação trabalhista.

Fontes consultadas

ALERJ. Anais da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. jul. 1947-jul. 1948.

ARQUIVO GETÚLIO VARGAS. Documentos relativos ao PTB contendo estudos para o ante-projeto do programa do Partido, organogramas, programas, Regimento Interno do Diretório do Distrito Federal, Estatutos e composição dos Diretórios nacional e Regionais. Acervo CPDOC. GV c 1945.00.00/10.

CORREIO DA MANHÃ. Vivemos em permanente estado de subfome. Rio de Janeiro, 17 mar. 1946. p. 32. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 20 nov. 2025.

CORREIO DA MANHÃ. Inflação-Ditadura-Estado Novo e vice-versa. Rio de Janeiro, 8 nov. 1947. p. 12. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SILVEIRA, Roberto. Razões do apoio a Vargas. Sem local: Divulgação popular, 1948.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

ANGELI, Douglas. Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas: revisitando interpretações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 33, n. 71, 2020, p. 559-578. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/81410>. Acesso em: 9 jan. 2026.

BILHÃO, Isabel. "Trabalhadores do Brasil!": as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista. **Revista Brasileira de História**, v. 31, p. 71-92, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/53Jxf4ctGT3Gg33BrPMXyGc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jan. 2026.

FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2302>. Acesso em: 9 jan. 2026.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Getúlio Vargas**: uma memória em disputa. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20165>. Acesso em: 9 jan. 2026.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro; ARAÚJO, Maria Celina d'. **Getulismo e trabalhismo**: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (orgs.). **Les usages politiques du passé**. Paris, Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

HIPPOLITO, Lucia. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 21-47, jan./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6350>. Acesso em: 9 jan. 2026.

IANNI, Octávio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KORNIS, Mônica. Getúlio Vargas e agosto de 1954: Uma crise em ritmo de thriller político. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

LIMONGI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil pós-Estado Novo. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 2, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/PfxdxkqNVWBRd8QKySbTVHs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jan. 2026.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27–50, 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>. Acesso em: 9 jan. 2026.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 9 jan. 2026.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 9 jan. 2026.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCOTT, Joan. Os usos políticos da história. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Brasil, n. 41, p. 37–52, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/13300>. Acesso em: 9 jan. 2026.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ZANINI, Fábio. Por que a direita, como os paulistas derrotados em 1932, torce o nariz para Getúlio? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jul. 2021. Disponível em:

<https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2021/07/09/por-que-a-direita-como-os-paulistas-derrotados-em-1932-torce-o-nariz-para-getulio/>. Acesso em: 1 out. 2025.

Notas

ⁱ ZANINI, Fábio. Por que a direita, como os paulistas derrotados em 1932, torce o nariz para Getúlio? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jul. 2021. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2021/07/09/por-que-a-direita-como-os-paulistas-derrotados-em-1932-torce-o-nariz-para-getulio/>. Acesso em: 1 out. 2025.

ⁱⁱ Além de François Hartog e Jacques Revel, é interessante considerar a contribuição recente de Joan Scott sobre o tema. Em avaliação sobre a realidade americana nas discussões políticas e judiciais sobre o direito ao aborto, a historiadora demonstra como a avaliação da história entra em cena nestas disputas e versa sobre a posição dos historiadores (Scott, 2023).

ⁱⁱⁱ No original: “tout discours historique est susceptible d’usages politiques, que cela soit le fait de son auteur, de ses destinataires ou encore qu’il faille l’attribuer au rapport particulier que les seconds entretiennent avec le premier. [...] Il va de soi que ces modulations diverses s’entrecroisent, s’enchevêtrant au sein de discours historiques infiniment plus complexes et plus subtils que ne le laisse entendre ce rappel élémentaire”.

^{iv} As principais fontes para o acesso às discussões sobre o tema são os Anais da Assembleia fluminense entre 1947 e 1948, conservados na biblioteca da ALERJ e nos quais consta a íntegra das discussões realizadas pelos parlamentares em plenário.

^v De fato é possível identificar, já em 1930, indícios da aproximação do governo à questão trabalhista. Pode-se perceber isto na criação do próprio Ministério, na edição de decretos regulando os sindicatos e na adoção de leis trabalhistas (Araújo, 2007).

^{vi} Com este objetivo eram criadas instâncias de arbítrio, associadas a Justiça do Trabalho, e fortaleciam-se os sindicatos articulados ao Ministério do Trabalho com a adoção de medidas como o imposto sindical. Nota-se que a comunicação e gestos de teor nacionalista são base essencial do discurso varguista formulado nos anos do Estado Novo.

^{vii} Para exemplo da comunicação e aproximação entre o Estado Novo e os sindicatos, ver o artigo de Isabel Bilhão sobre as comemorações do Primeiro de Maio após 1930. BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores do Brasil!”: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista. **Revista Brasileira de História**, v. 31, p. 71-92, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbh/a/53Jxf4ctGT3Gg33BrPMXyGc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jan. 2026.

^{viii} CPDOC. GV c 1945.00.00/10, p. 4.

^{ix} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 21, p. 86.

^x Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 21, p. 83.

^{xi} GV c 1947.08.21/2, p. 4.

^{xii} O livro foi encontrado no acervo Getúlio Vargas do CPDOC/FGV. GV 82-5/S587r. SILVEIRA, Roberto. **Razões do apoio a Vargas**. Sem local: Divulgação popular, 1948. CPDOC/FGV.

^{xiii} Nos primeiros anos da Experiência democrática ocorreu entre os trabalhistas fluminenses, uma tentativa constata de associar o projeto representado pelo PTB à noção de socialismo. O melhor exemplo desta associação encontra-se no já mencionado livro de Roberto Silveira. SILVEIRA, Roberto. **Razões do apoio a Vargas**. Sem local: Divulgação popular, 1948.

^{xiv} Aprofundando seu argumento, o autor defende que: “Não há por que questionar a credibilidade desses episódios para identificar sua dimensão mítica: um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia os significados de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura” (Portelli, 2006, p. 120).

^{xv} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 6, p. 223.

^{xvi} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 21, p. 94.

^{xvii} *Correio da Manhã*, 17/03/1946, p. 32.

^{xviii} *Correio da Manhã*, 08/11/1947, p. 12. Após a fala de Abelardo, a reportagem narra os seguintes diálogos: “E acha pouco?! - disse o sr. Campos Vergal; - E não é pouco. E não é pouco! - gritavam; - Basta isso para arrasar um povo - declara o sr. Tristão da Cunha”. A detalhamento contido na reportagem e as escolhas narrativas pode ser um indício da importância destes temas na atuação dos parlamentares e no debate público da época.

^{xix} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 4, p. 77.

-
- ^{xx} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 21, p. 40.
- ^{xxi} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 21, p. 37.
- ^{xxii} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 21, p. 37-38.
- ^{xxiii} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 21, p. 89-92.
- ^{xxiv} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 9, p. 93.
- ^{xxv} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 9, p. 126.
- ^{xxvi} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 9, p. 131-133.
- ^{xxvii} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 9, p. 127.
- ^{xxviii} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 9, p. 94-95.
- ^{xxix} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 21, p. 84.
- ^{xxx} Anais legislativos da Assembleia fluminense. Vol. 21, p. 84-85.
- ^{xxxi} Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012) argumenta sobre as potencialidades deste tipo de documentação. Em suas considerações, o historiador salienta que estes documentos constituem formas especiais de acessar as interpretações de determinado sujeito acerca de um episódio, além de demonstrarem sua tentativa de atuação em meio a tal contexto.